



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
FORO REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
SECRETARIA DA FAZENDA PÚBLICA
Rua Mendes Leitão, 2835, Centro - São José dos Pinhais/PR - CEP: 83005-150.
Fone: (41) 3312-6972 - E-mail: sjpfazenda@tjpr.jus.br

EDITAL DE PRAÇA E INTIMAÇÃO

A Doutora CAROLINA DELDUQUE SENNES BASSO, Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública de São José dos Pinhais - Competência Delegada - Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, Rua Mendes Leitão, 2835 - Sobreloja - Centro - São José dos Pinhais/PR - CEP 83005-150 - Fone: (41) 33126970 - E-mail: sjpfazenda@tjpr.jus.br, FAZ SABER aos interessados que na **EXECUÇÃO FISCAL nº 0002846-35.1998.8.16.0035 (PROJUDI)**, que move a **PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)** em face de **PIZA ARTEFATOS DE MADEIRA LTDA (CNPJ: 79.062.261/0001-96)**, será levado a leilão judicial o bem abaixo descrito, observadas as seguintes condições:

1º Leilão em 17/03/2020 às 13h00min, por preço igual ou superior ao valor da avaliação;

2º Leilão em 31/03/2020 às 13h00min, por preço igual ou superior a 60% do valor da avaliação.

MODALIDADE DO LEILÃO: Os leilões serão realizados presencialmente no escritório do leiloeiro, com endereço à Rua Marechal Deodoro, 235, Sala 101/102, Curitiba/PR, Telefone 0800-052-4520, com transmissão ao vivo pela internet, bem como eletronicamente com recepção de lances online através do site <https://oleiloes.com.br/>, mediante cadastramento prévio e aprovado do arrematante com 72 (setenta e duas) horas de antecedência da data do leilão. **LEILOEIRO:** O leilão será conduzido pelo Leiloeiro Público Oficial MARCELO SOARES DE OLIVEIRA, matriculado na JUCEPAR sob o nº 08/011-L. Mais informações poderão ser obtidas no escritório do leiloeiro, pelo site <https://oleiloes.com.br/> ou pelo fone (41) 99870-7000.

DESCRIÇÃO DO BEM: 1) O lote de terreno sob n. 1, da quadra n. 41, da planta Jardim Cruzeiro, situado no lugar denominado Braga, quadro urbano desta cidade, fazendo frente para a rua Pe. Ângelo Bortolloni, com a área de 160,00 metros quadrados, com os demais característicos constantes da matrícula n. 39.852, sem benfeitorias, por R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). 2) O lote de terreno sob n. 2, da quadra n. 41, da planta Jardim Cruzeiro, situado no lugar denominado Braga, quadro urbano desta cidade, fazendo frente para a rua Pe. Ângelo Bortolloni, com a área de 234,00 metros quadrados, com os demais característicos constantes da matrícula n. 39.853, por R\$ 222.000,00 (duzentos e vinte e dois mil reais). Sobre o lote supra, consta a seguinte edificação: Uma parte ideal correspondente a aproximadamente 270,00 metros quadrados, de uma construção em alvenaria com a área total aproximada de 420,00 metros quadrados, destinada a restaurante, de padrão normal, coberta com telhas de barro, forro em laje e madeira, piso em laminado e cerâmica, com esquadrias em madeira, necessitando de reparos no telhado, no geral em bom estado de conservação, por R\$ 152.550,00 (cento e cinquenta e dois mil, quinhentos e cinquenta reais). 3) O lote de terreno sob n. 3, da quadra n. 41, da planta Jardim



Cruzeiro, situado no lugar denominado Braga, quadro urbano desta cidade, fazendo frente para a rua Pe. Ângelo Bortolloni, com a área de 295,00 metros quadrados, com os demais característicos constantes da matrícula n. 10.375, por R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta reais). Sobre o lote supra, consta a seguinte edificação: Uma parte ideal correspondente a aproximadamente 150,00 metros quadrados, de uma construção em alvenaria com a área total aproximada de 420,00 metros quadrados, destinada a restaurante, de padrão normal, coberta com telhas de barro, forro em laje e madeira, piso em laminado e cerâmica, com esquadrias em madeira, necessitando de reparos no telhado, no geral em bom estado de conservação, por R\$ 84.750,00 (oitenta e quatro mil, setecentos e cinquenta reais). (CONFORME AVALIAÇÃO DE MOV. 43.1).

VALOR DA AVALIAÇÃO: R\$ 889.300,00 (oitocentos e oitenta e nove mil e trezentos reais) em 30/08/2018.

DEPOSITÁRIO: LUIZ ERNANI SETIM – Depositário Público (mov. 1.17).

REMUNERAÇÃO DO LEILÃO: A remuneração do Leiloeiro será devida observadas as seguintes hipóteses: (a) em caso de arrematação, comissão de 5% sobre o valor da arrematação, sendo devida pelo arrematante; (b) em caso de adjudicação, comissão de 2% sobre o valor da avaliação, sendo devida pelo exequente; (c) em caso de remição, comissão de 2% sobre o valor pelo qual o bem foi resgatado, sendo devida pelo remitente; (d) em caso de acordo ou transação, comissão de 2% sobre o valor da dívida, a ser sendo devida pelo executado. Além da remuneração da comissão, o Leiloeiro poderá cobrar o ressarcimento das despesas efetuadas. A comissão e o ressarcimento das despesas efetuadas deverão ser pagas à vista no ato da arrematação, adjudicação, remição ou acordo, mediante depósito, tal como o preço, porém, sendo nula ou anulada a arrematação serão devolvidos os valores recebidos a título de comissão.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: 1ª Observação: Consoante o disposto no artigo 892 do Novo Código de Processo Civil, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico; 2ª Observação: Artigo 895 do Novo Código de Processo Civil: “O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I – até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II – até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil”; §1º A proposta conterà, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. §2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. As parcelas serão atualizadas pela média aritmética simples dos índices INPC e IGP-DI, a partir da data da arrematação. §4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento (10%), sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. §6º A apresentação da proposta prevista neste artigo não suspende o leilão. §7º A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado. §8º Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado: I – em diferentes condições, o juiz decidirá pela mais vantajosa, assim compreendida, sempre, a de maior



valor; II – em iguais condições, o juiz decidirá pela formulada em primeiro lugar (art. 895 do NCPC) e §9º No caso de arrematação a prazo, os pagamento feitos pelo arrematante pertencerão ao exequente até o limite de seu crédito, e os subsequentes, ao executado; 3ª Observação: A ordem de entrega do bem móvel ou a carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão na posse, será expedida somente depois de efetuado o depósito ou prestadas às garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (art. 901, § 1º, NCPC) e 4ª Observação: Qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irreatável, ainda, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o §4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (artigo 903 do Código de Processo Civil/2015), podendo o arrematante desistir da aquisição apenas nas hipóteses do §5º do Art. 903 do CPC.

INTIMAÇÕES E OBSERVAÇÕES: Não há recurso pendente de julgamento neste feito. A venda será efetuada no estado em que o imóvel se encontra e em caráter *ad corpus*. Será resguardada a quota-parte do cônjuge com o produto da alienação (art. 843 do CPC), em sendo o caso. O bem será entregue livre e desembaraçado de quaisquer ônus, inclusive os de natureza *propter rem* (art. 130, § único, do CTN e art. 908 do CPC), salvo eventual responsabilidade pela imissão na posse, que ficará a cargo do arrematante, consubstanciado pela assinatura do auto de arrematação (art. 901 do CPC). Na forma da lei, ficam intimados das datas e horários dos leilões o senhorio direto, o usufrutuário, o credor com garantia real e/ou penhora anteriormente averbada, desde que não sejam de qualquer modo parte da execução. Caso não tenha sido anteriormente intimado por qualquer outro meio legalmente estabelecido, fica intimado o executado HÉLIO OLIVEIRA SICHERO (art. 889 do CPC). No caso de diligência negativa de intimação dos executados, do cônjuge, corresponsáveis, credores hipotecários, usufrutuários, senhorios-diretos e coproprietários, ficam estes desde já intimados através do presente das datas designadas para os leilões do bem penhorado e dos demais dados constantes neste. Caso não haja expediente forense na data designada, o ato é automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local. Por fim, caso não haja arrematação nas datas designadas, o bem poderá ficar, a critério do Juízo, disponível para venda direta pelo período de 90 (noventa) dias que se sucederem ao leilão, nas mesmas condições. A fim de dar ampla divulgação ao presente leilão, este edital será publicado na modalidade eletrônica, sendo que o Leiloeiro, por ocasião do leilão, fica, desde já, desobrigado a efetuar a leitura do presente, o qual se presume ser de conhecimento de todos os interessados. E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, conforme minuta apresentada pelo Leiloeiro, que será publicado e afixado na forma da lei. São José dos Pinhais, 3 de março de 2020.

JOSÉ FELIPE RAMINA
Técnico Judiciário
Assinatura autorizada pela portaria 01/2019

